

Inclusão escolar de alunos com deficiência: revisão sistemática dos desafios e intervenções do psicólogo

Cibele Augusto da Silva Parise

Psicologia

Faculdade Galileu

Avenida Marginal 200, nº 680 - Vila Real - Botucatu-SP

cibeleneuropsicopedagoga@gmail.com

Ana Carolina Merlin Ferreira

Professora e supervisora

Faculdade Galileu

Avenida Marginal 200, nº 680 - Vila Real - Botucatu-SP

acarolmerlin@outlook.com

RESUMO

A inclusão escolar de estudantes com deficiência tem se consolidado como um dos principais desafios e compromissos da educação contemporânea, exigindo práticas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e a participação efetiva desses alunos. O presente artigo teve como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura acerca dos desafios da inclusão escolar de alunos com deficiência, e das principais intervenções do psicólogo escolar nesse contexto. A pesquisa foi conduzida nas bases Google Acadêmico e SciELO, considerando publicações entre 2020 e 2025. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, foram selecionados dez estudos brasileiros que discutiam a Psicologia Escolar e a inclusão. Os resultados foram organizados em três categorias: barreiras e desafios na efetivação da inclusão; papel do psicólogo e intervenções no contexto escolar; e perspectivas para uma educação inclusiva sustentável. Evidenciou-se que, embora a inclusão seja respaldada por legislações como a Constituição Federal, a LDB e a Lei Brasileira de Inclusão, sua implementação ainda enfrenta obstáculos estruturais, pedagógicos e atitudinais. O psicólogo escolar destaca-se como mediador, articulador de redes de apoio e promotor de práticas inclusivas, contribuindo para a formação de professores, o acolhimento emocional e a construção de ambientes educacionais mais equitativos. Conclui-se que a atuação efetiva desse profissional é fundamental para o fortalecimento de políticas públicas e de práticas que sustentem uma educação verdadeiramente inclusiva, ética e transformadora.

Palavras-chave: inclusão escolar; deficiência; Psicologia Escolar; intervenções psicológicas; Educação inclusiva; revisão sistemática.

1. INTRODUÇÃO

Para compreender os desafios atuais da inclusão escolar, torna-se indispensável retomar sua trajetória histórica e os marcos legais que sustentam o direito à educação inclusiva no Brasil. Historicamente, a percepção da deficiência esteve associada a

concepções excludentes, muitas vezes pautadas em interpretações de cunho religioso, moral ou biomédico. Na Antiguidade e na Idade Média, prevaleciam explicações de natureza sobrenatural, frequentemente associadas à punição ou à caridade. Com o avanço da Modernidade, consolidou-se o modelo biomédico, centrado nas limitações do indivíduo. Somente nas últimas décadas, impulsionado pelos movimentos sociais e pela defesa dos direitos humanos, o modelo social da deficiência ganhou força, deslocando o foco do indivíduo para as barreiras físicas, sociais e atitudinais que restringem sua participação plena na sociedade (Rocha, 2023).

Por isso, diante desse avanço, atualmente o conceito de deficiência corresponde ao indivíduo que apresenta impedimentos de longo prazo, sejam eles de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, ao se deparar com uma ou mais barreiras, pode ter comprometida sua participação plena e efetiva na sociedade, em condições de igualdade com as demais pessoas (Brasil, 2015).

No contexto brasileiro, o direito à inclusão educacional é respaldado por um robusto arcabouço jurídico. A Constituição Federal de 1988 assegura a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, enfatizando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), nº 13.146/2015, reforça esse compromisso, estabelecendo diretrizes para garantir acessibilidade, participação e desenvolvimento das pessoas com deficiência em todos os âmbitos sociais, especialmente no educacional (Kranz; Campos, 2020).

Soma-se a isso a Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a inserção dos profissionais de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica, reconhecendo a importância do psicólogo escolar na promoção de práticas inclusivas, no fortalecimento das relações institucionais e no atendimento às demandas psicossociais presentes no ambiente escolar (Pasqualin, 2025).

Frente a isso, percebe-se que a inclusão escolar, além de uma exigência legal, configura-se como um compromisso ético, social e educacional na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e acolhedora. Sua efetivação demanda a superação de desafios pedagógicos, sociais e institucionais, que exigem a atuação articulada de diferentes profissionais, especialmente do psicólogo escolar, cuja prática é indispensável na mediação dos processos inclusivos (Lôbo *et al.*, 2024).

Dessa forma, o papel do psicólogo dentro da escola é fundamental, especialmente quando se trata de promover a inclusão. Esse profissional atua em parceria com a equipe

pedagógica, os estudantes e suas famílias para compreender melhor as necessidades de cada aluno e desenvolver estratégias que auxiliem não apenas na aprendizagem, mas também na participação ativa de todos no ambiente escolar. No que se refere à inclusão de alunos com deficiência, o psicólogo contribui adaptando os espaços e os métodos de ensino, além de conscientizar toda a comunidade escolar. Dessa forma, ele fortalece as relações interpessoais, incentiva o respeito às diferenças e colabora para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor, acessível e inclusivo (Neto *et al.*, 2024).

Nesse sentido, observa-se que, nas últimas décadas, o debate em torno da inclusão tem ganhado destaque nas políticas públicas, nas práticas pedagógicas e nas reflexões no campo da Psicologia, consolidando-se como pauta central no contexto educacional contemporâneo. A inclusão visa assegurar não apenas o acesso, mas também a participação efetiva e o desenvolvimento integral de todos os estudantes, considerando suas singularidades e garantindo as adaptações necessárias ao processo de aprendizagem (Lôbo *et al.*, 2024).

Apesar dos avanços legais e sociais, a inclusão escolar ainda enfrenta inúmeros desafios, como a escassez de recursos, a falta de formação adequada dos profissionais e as limitações na implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Nesse cenário, a atuação do psicólogo escolar se torna imprescindível, contribuindo por meio de avaliações, orientações, intervenções institucionais e articulações interdisciplinares que favoreçam práticas educativas inclusivas e promotoras do desenvolvimento (Lôbo *et al.*, 2024).

Embora esses avanços representem conquistas significativas, a efetivação das políticas públicas inclusivas ainda encontra entraves na realidade cotidiana das instituições escolares. A falta de formação continuada dos profissionais, as limitações estruturais e a resistência a mudanças institucionais configuram-se como obstáculos à plena concretização dos princípios da educação inclusiva (Lôbo *et al.*, 2024). Nesse contexto, é importante ressaltar que o psicólogo escolar desempenha um papel fundamental ao colaborar com as equipes pedagógicas na construção de práticas mais sensíveis às diferenças e na eliminação de barreiras que dificultam a participação e o desenvolvimento dos estudantes com deficiência (Ribas *et al.*, 2024; Rocha, 2023).

Quanto às intervenções possíveis, destaca-se que o psicólogo escolar atua em diversas frentes para garantir um ambiente educacional mais acessível e acolhedor. Entre as principais intervenções estão sua participação nos planejamentos pedagógicos, nos quais colabora na elaboração de estratégias de ensino que considerem as necessidades

específicas dos alunos. Realiza capacitações e orientações à equipe escolar, auxilia na modificação de espaços e materiais didáticos para torná-los acessíveis e adequados às necessidades dos alunos. Oferece apoio à família, estabelecendo canais de comunicação e suporte, fortalecendo a parceria entre escola e família. Promove, assim, um ambiente inclusivo, sensibilizando toda a comunidade escolar e incentivando o respeito às diferenças e a convivência harmoniosa (Neto *et al.*, 2024).

Somado a isso, o trabalho do psicólogo escolar vai além da escuta, sendo focado em intervenções que favoreçam não só o desenvolvimento acadêmico do aluno, mas também seu desenvolvimento emocional e social. Suas intervenções envolvem orientar toda a equipe escolar e a família, além de garantir que cada criança tenha oportunidades de aprender, se desenvolver e se sentir parte do ambiente escolar (Mendes, 2024).

Com isso, a escolha deste tema justifica-se diante da crescente demanda por práticas educacionais que promovam, de maneira efetiva, a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender e fortalecer o papel do psicólogo escolar como agente de transformação, capaz de mediar processos, sensibilizar a comunidade escolar e contribuir para a construção de ambientes educacionais mais justos, equitativos e verdadeiramente inclusivos.

2. OBJETIVO

O objetivo deste estudo é analisar, por meio de revisão sistemática, os desafios enfrentados e as principais intervenções psicológicas no contexto da inclusão escolar de alunos com deficiência.

3. METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão sistemática da literatura, cujo objetivo é analisar pesquisas publicadas entre os anos de 2020 e 2025 que abordam os desafios da inclusão escolar de alunos com deficiência e as principais intervenções realizadas por psicólogos escolares nesse contexto. De acordo com Campos, Caetano e Gomes (2023), esse tipo de revisão permite reunir e interpretar o conhecimento já produzido de forma estruturada e transparente, possibilitando compreender o estado atual das pesquisas e orientar novas investigações. Os autores destacam que a revisão sistemática se diferencia das revisões tradicionais por seguir etapas definidas e replicáveis, o que assegura maior rigor e confiabilidade aos resultados.

Para a inclusão dos estudos, realizados de maio 2025 à julho 2025, foram utilizadas as bases de dados Google Acadêmico e SciELO, selecionadas por sua ampla relevância no campo das ciências humanas e sociais aplicadas. Também optou-se pela busca nessas bases em razão da abrangência de publicações nacionais e da relevância dessas plataformas para estudos em língua portuguesa sobre o tema em análise. A busca dos trabalhos foi realizada por meio da combinação dos descritores: “deficiência” AND “psicologia escolar” AND “inclusão escolar” AND “psicologia educacional” AND “intervenção psicológica” AND “educação inclusiva”.

Foram incluídos estudos publicados nos últimos cinco anos, redigidos exclusivamente em língua portuguesa e disponíveis integralmente, que abordassem diretamente o papel do psicólogo no processo de inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar, bem como as dificuldades encontradas nesse processo. Foram consideradas apenas pesquisas realizadas em território brasileiro, com o propósito de contextualizar os resultados à realidade educacional nacional.

Foram excluídos trabalhos duplicados, incompletos, resenhas, editoriais, dissertações e teses não disponibilizados integralmente. Essa delimitação buscou assegurar a consistência e a pertinência dos dados analisados, permitindo uma compreensão mais precisa do estado atual da produção científica sobre o tema.

Os estudos selecionados foram lidos na íntegra e analisados qualitativamente, com o propósito de identificar os principais desafios enfrentados no processo de inclusão de alunos com deficiência, além das estratégias e intervenções atribuídas à atuação do psicólogo escolar nesse contexto.

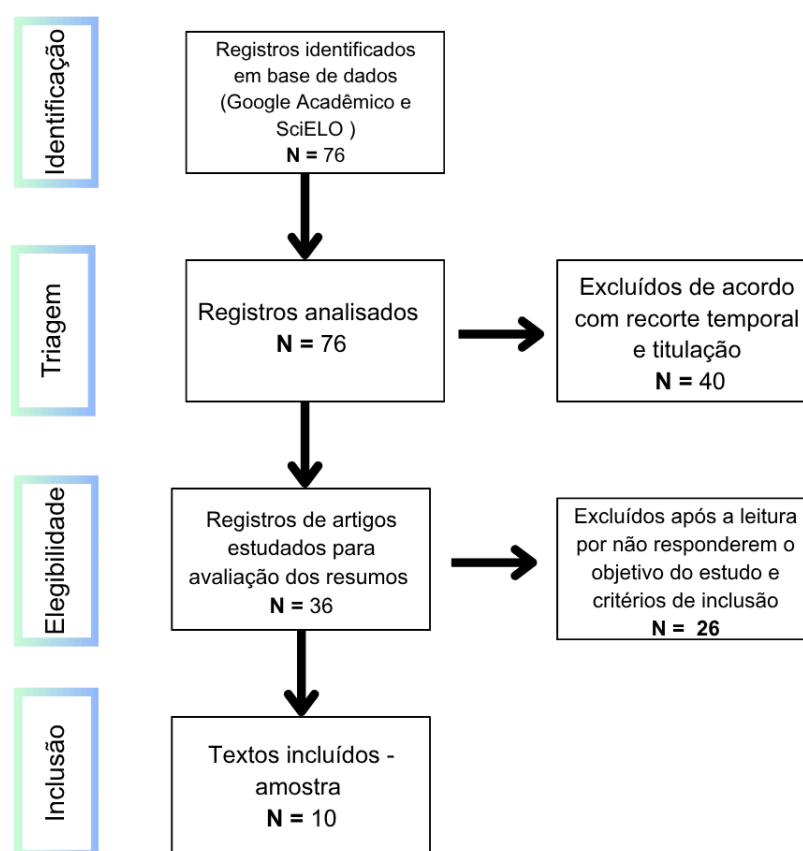
Após a etapa de seleção dos artigos, realizou-se a organização e sistematização das informações por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (1991). Esse procedimento envolveu a identificação dos objetivos dos estudos, dos métodos utilizados, dos principais resultados e dos desafios descritos pelos autores.

A análise de conteúdo, conforme o referencial de Bardin (1991), foi empregada para organizar e classificar os estudos selecionados, constituindo a base para a interpretação dos resultados. Esse processo seguiu as três etapas clássicas do método: a pré-análise, dedicada à leitura inicial e à organização preliminar do material; a exploração do conteúdo, fase em que os dados foram codificados e agrupados segundo eixos temáticos; e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, momento destinado à integração dos achados e à construção das categorias analíticas finais.

Inicialmente, no procedimento de análise foram identificados 76 artigos em base de dados Google Acadêmico e SciELO. Após a aplicação do recorte temporal correspondente ao período de 2020 a 2025, realizou-se a triagem e foram excluídos 40 artigos de acordo com o título. Restaram 36 estudos dos quais, procedeu-se à leitura dos resumos, bem como à aplicação dos critérios de elegibilidade, o que resultou na exclusão de 26 por não corresponder o objetivo do estudo. Finalizando com a seleção e inclusão de 10 artigos sendo 09 da base de dados Google Acadêmico e 01 artigo da base de dados SciELO que compuseram a amostra final da revisão.

A Figura 1 apresenta o fluxograma PRISMA adaptado, utilizado para evidenciar de forma transparente os critérios de inclusão e exclusão adotados e as etapas do processo de seleção dos estudos que compõem esta revisão. Segundo Campos, Caetano e Gomes (2023), o PRISMA reúne diretrizes que asseguram transparência e rigor na condução de revisões sistemáticas.

Figura 1 – Fluxograma PRISMA do critério de inclusão e exclusão



Fonte: Elaborado pelas autoras

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da revisão dos artigos selecionados, tornou-se possível organizar os achados em três categorias analíticas que sintetizam os principais desafios, práticas e perspectivas relacionadas à inclusão escolar e à atuação do psicólogo nesse contexto. Essa categorização permite aprofundar a compreensão dos elementos estruturais, pedagógicos e institucionais que atravessam o processo inclusivo, articulando-os às demandas formativas e às intervenções psicológicas descritas pela literatura recente.

Assim, as categorias a seguir estruturam a discussão dos resultados, evidenciando as barreiras e os desafios ainda presentes na efetivação da inclusão escolar; as funções, práticas e estratégias interventivas desempenhadas pelo psicólogo escolar; e as perspectivas que apontam para a construção de uma educação inclusiva sustentável, baseada em políticas públicas consistentes e na consolidação da Psicologia Escolar como eixo fundamental das ações inclusivas. A análise integrada dessas três dimensões possibilita compreender tanto os entraves quanto os avanços observados, delineando caminhos para uma atuação mais efetiva e transformadora no contexto educacional.

4.1 Barreiras e desafios na efetivação da Inclusão Escolar

A inclusão escolar de alunos com deficiência constitui um desafio complexo e multifacetado no contexto educacional brasileiro. Ela envolve não apenas a garantia de direitos legais, mas também a necessidade de transformações estruturais, pedagógicas e atitudinais que permitam a efetiva participação de todos os estudantes. Compreender as barreiras à inclusão exige analisar fatores institucionais, relacionais e pedagógicos que influenciam o cotidiano escolar, destacando o papel central do psicólogo escolar na mediação de conflitos, na promoção de estratégias de apoio e no fortalecimento de práticas educativas inclusivas.

A LDB garante o direito à educação para todos, determinando que o ensino seja ofertado sem discriminação e que estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham acesso à escola regular, contando com recursos e serviços de apoio especializado sempre que necessário. Essa legislação enfatiza que a educação especial é uma modalidade transversal a todos os níveis de ensino, reforçando o compromisso da escola com práticas pedagógicas inclusivas (BRASIL, 1996).

Rocha (2023) destaca que a complexidade da educação inclusiva cresce à medida

que se considera a diversidade das deficiências, exigindo do psicólogo escolar não apenas conhecimento amplo, mas também habilidades específicas para atender cada estudante com sensibilidade e eficácia. Dessa forma, a elaboração de propostas interventivas e roteiros adaptáveis apresentam-se como caminho promissor para orientar a atuação dos profissionais e ampliar o impacto positivo no processo de escolarização.

Mendes (2024) discute os desafios enfrentados por alunos com deficiência no ambiente escolar e evidencia que a ausência de práticas pedagógicas flexíveis e de suporte emocional contínuo limita a inclusão efetiva. Nesse sentido, os estudos de Mendes (2024) e Oliveira (2024) indicam que alunos com deficiências ainda enfrentam barreiras significativas para sua participação ativa em sala de aula regular. A ausência de métodos pedagógicos flexíveis e de apoio emocional contínuo dificulta o engajamento desses estudantes. Nesses casos, o psicólogo contribui com suporte emocional, grupos de habilidades sociais e ações de sensibilização da comunidade escolar.

De forma mais específica, essa análise pode ser observada nos estudos de Costa *et al.* (2025) que ressaltam que a exclusão de professores dos processos decisórios e da construção de práticas inclusivas gera sensação de despreparo e frustração. A inclusão é frequentemente percebida como responsabilidade adicional, e não como uma construção coletiva. Esse cenário reforça a urgência de intervenções que fortaleçam o trabalho em equipe, posicionando o psicólogo escolar como peça-chave para análise institucional, transformação das relações interpessoais e enfrentamento de práticas excludentes.

Costa *et al.* (2025) evidencia que os docentes frequentemente se sentem excluídos dos processos de planejamento e execução das políticas de inclusão, o que reforça sentimentos de impotência e resistência. Esses autores apontam que a inclusão é percebida como uma responsabilidade imposta, e não como construção coletiva, e defendem a necessidade de um trabalho interdisciplinar articulado pelo psicólogo escolar para promover a corresponsabilidade entre os profissionais. Essa exclusão docente também aparece de forma indireta em outros estudos que abordam a insuficiência de formação continuada e a carência de apoio institucional, como em Ribas *et al.* (2024), que demonstram a importância da capacitação realizada por psicólogos como fator de fortalecimento do trabalho pedagógico.

Em diálogo com essas perspectivas, Kranz e Campos (2020) destacam a tensão existente entre o modelo biomédico e o modelo social da deficiência, alertando que o primeiro tende a individualizar os problemas e responsabilizar o aluno, enquanto o segundo propõe compreender as barreiras institucionais e sociais que dificultam a

aprendizagem. Essa crítica é retomada por Lellis *et al.* (2022), que discutem a medicalização da infância, mostrando que o excesso de diagnósticos e rótulos desconsidera a subjetividade da criança e as condições de ensino. Ambos os estudos reforçam que o psicólogo escolar deve adotar uma postura crítica, superando práticas patologizantes e promovendo uma escuta que valorize o contexto e a singularidade dos alunos.

4.2 Papel do psicólogo e intervenções no contexto da Inclusão Escolar

A atuação do psicólogo escolar no contexto da educação inclusiva tem se consolidado como elemento central para a efetivação de práticas pedagógicas que respeitem as diferenças e promovam a equidade. Mais do que oferecer suporte individual, o profissional é convocado a atuar de forma institucional, articulando dimensões pedagógicas, emocionais e sociais do processo educativo. Dessa forma, compreender o papel e as intervenções do psicólogo na inclusão escolar implica reconhecer sua contribuição na mediação de relações, na construção de redes de apoio e no fortalecimento da cultura inclusiva dentro das instituições de ensino.

De acordo com Lôbo *et al.* (2024) e Neto *et al.* (2024), o psicólogo atua como mediador entre sujeitos e instituições, promovendo acolhimento às diferenças, adaptação curricular, escuta qualificada e colaboração entre família, escola e profissionais da saúde e educação. Sua presença é essencial tanto na formação continuada dos professores quanto no acompanhamento individualizado dos estudantes com deficiência, participando da elaboração de planos educacionais individualizados (PEI) e estratégias de manejo comportamental.

Entretanto, observou-se também que, em muitas redes, o psicólogo é visto apenas como responsável por avaliações psicodiagnósticas, visão limitada que dificulta a implementação de políticas mais amplas, como previsto na Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a inserção de psicólogos nas redes públicas de ensino básico. Nesse sentido, a atuação do psicólogo deve ser entendida como dinâmica abrangente e integrada, colaborando com a equipe multidisciplinar na construção de estratégias coletivas de transformação institucional.

Apesar dessas limitações, a revisão evidenciou avanços na compreensão do papel do psicólogo como articulador de processos inclusivos, mediador de conflitos, promotor de redes de apoio e responsável pelo fortalecimento de práticas pedagógicas adaptadas. Todavia, para uma atuação efetiva, são necessárias condições adequadas de trabalho,

vínculos institucionais estáveis e reconhecimento da especificidade da Psicologia Escolar.

Além disso, segundo Ribas *et al.* (2024), a capacitação contínua da equipe escolar é uma das estratégias mais eficazes para lidar com as especificidades dos alunos com deficiência. A atuação do psicólogo deve incluir momentos de formação, reflexão coletiva e incentiva à autonomia dos educadores, contribuindo para uma cultura escolar verdadeiramente inclusiva. Mais do que adaptações técnicas, o psicólogo ressignifica o sentido da escola e das práticas educativas. Torna-se imprescindível, portanto, investir na capacitação contínua dos psicólogos escolares e fomentar o desenvolvimento de práticas interventivas que atendam às particularidades de cada aluno, promovendo uma inclusão efetiva, respeitosa e equitativa.

Em convergência com essas perspectivas, o papel do psicólogo escolar é amplamente discutido por Lôbo *et al.* (2024), que o apresentam como mediador das relações entre alunos, professores e famílias, responsável por promover a escuta, fortalecer vínculos e auxiliar na elaboração de práticas pedagógicas inclusivas. A atuação do psicólogo é descrita como essencial na formação da equipe escolar, na construção de um ambiente acolhedor e no desenvolvimento de estratégias institucionais de transformação. De forma complementar, Neto *et al.* (2024) destacam que as intervenções mais eficazes incluem o acompanhamento psicossocial, a formação docente e a articulação com a família.

Nesse contexto, a atuação do psicólogo escolar se mostra essencial para identificar barreiras à aprendizagem, fortalecer relações interpessoais, promover a sensibilização da comunidade escolar e articular estratégias de apoio. Assim, a inclusão é compreendida não apenas como direito legal, mas também como compromisso ético e social que demanda mudanças estruturais, formativas e relacionais.

Por fim, o estudo enfatiza que o psicólogo pode atuar por meio da criação de grupos de habilidades sociais e da sensibilização da comunidade escolar. Ribas *et al.* (2024) reforçam essa ideia ao apresentar resultados de capacitações conduzidas por psicólogos, nas quais se observou melhora na confiança docente e redução de práticas excludentes. Os estudos de Mendes (2024), Neto *et al.* (2024) e Ribas *et al.* (2024) evidenciam que as intervenções psicológicas mais eficazes se baseiam na formação de professores, no suporte emocional e na criação de estratégias personalizadas de ensino.

4.3 Perspectivas para uma educação inclusiva sustentável

A construção de uma educação inclusiva sustentável pressupõe ações contínuas,

intersetoriais e fundamentadas em políticas públicas consistentes. Trata-se de compreender a inclusão não apenas como inserção física do aluno na escola, mas como um processo dinâmico, ético e socialmente responsável, que se renova a partir das transformações culturais e institucionais. Nesse contexto, os estudos abordados nesta revisão apontam que o psicólogo escolar tem papel estratégico na consolidação de práticas que assegurem a permanência, o desenvolvimento e o bem-estar dos estudantes com deficiência, contribuindo para que as ações inclusivas se tornem duradouras e efetivas no ambiente educacional.

Nesse sentido, a pesquisa de Oliveira (2024) amplia o debate ao contextualizar o impacto da pandemia da Covid-19 na inclusão de estudantes com deficiência, revelando o retrocesso nas políticas de apoio e a urgência em desenvolver indicadores institucionais que permitam monitorar a efetividade das ações inclusivas. A autora propõe o uso de tecnologias assistivas e de instrumentos avaliativos que mensurem o grau de participação dos estudantes com deficiência, apontando que o psicólogo tem papel central na elaboração e acompanhamento desses indicadores. De modo complementar, Rocha (2023) reforça a importância de estratégias de intervenção institucional, apresentando indicadores voltados à formação docente, acessibilidade curricular e suporte emocional.

Além disso, o estudo de Pasqualin (2025) aborda o processo de regulamentação da Lei 13.935/2019, que prevê a inserção de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica. O autor destaca as disputas políticas e os entraves burocráticos envolvidos na implementação da lei, mostrando que a presença do psicólogo na escola depende não apenas de diretrizes legais, mas de articulação intersetorial, financiamento e definição clara de atribuições. Essa análise reforça a necessidade de consolidar políticas públicas que garantam a atuação efetiva desses profissionais, em consonância com os achados de Lôbo *et al.* (2024), que defendem a institucionalização da Psicologia Escolar como política permanente de Estado.

Ao integrar esses achados, é possível identificar convergências significativas entre os artigos. Seis deles (Lôbo *et al.*, 2024; Neto *et al.*, 2024; Ribas *et al.*, 2024; Oliveira, 2024; Rocha, 2023; Mendes, 2024) tratam diretamente da atuação do psicólogo escolar, destacando seu papel mediador, formativo e transformador. Quatro artigos (Costa, 2025; Ribas *et al.*, 2024; Kranz; Campos, 2020; Lôbo *et al.*, 2024) enfatizam a formação docente como fator determinante para a efetividade da inclusão. Dentre os cinco estudos (Mendes, 2024; Neto *et al.*, 2024; Ribas *et al.*, 2024; Oliveira, 2024; Rocha, 2023) demonstram que o trabalho do psicólogo deve combinar ações pedagógicas e emocionais. Dois artigos

(Pasqualin, 2025; Kranz; Campos, 2020) discutem políticas públicas e regulamentação profissional.

No Quadro 1, estão esquematizados os principais elementos abordados nos artigos selecionados, permitindo uma visão comparativa dos achados de cada estudo.

Quadro 1 – Síntese dos principais achados dos estudos analisados

TÍTULO	AUTORES/ANO	PONTOS PRINCIPAIS
Educação especial, psicologia e políticas públicas: o diagnóstico e as práticas pedagógicas.	Kranz; Campos, 2020	Predomínio da perspectiva clínica; práticas excludentes e infantilizadoras; necessidade de mediações inclusivas.
Medicalização na infância: um carimbo que implica na subjetividade da criança.	Lellis, 2022	Crítica aos diagnósticos superficiais e seu efeito na exclusão e estigmatização infantil.
Inclusão de estudantes autistas em escola regular: indicadores para intervenção institucional.	Rocha, 2023	Sugere atuação psicossocial e institucional com foco na transformação do ambiente escolar.
O papel do psicólogo na promoção da inclusão escolar.	Lôbo <i>et al.</i> , 2024	Avaliação psicológica, formação contínua e atuação interdisciplinar são fundamentais para a inclusão escolar.
Crianças com TEA no contexto escolar: desafios atuais e possibilidades de transformação.	Mendes, 2024	Enfatiza parceria escola-família, adaptações pedagógicas e práticas individualizadas.
O Papel do Psicólogo Escolar no Processo de Inclusão de Crianças com Transtorno do Espectro Autista: Uma Revisão Bibliográfica.	Neto <i>et al.</i> , 2024	Investigar como o psicólogo escolar contribui para o processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar.
Indicadores para atuação do psicólogo escolar no processo de inclusão de estudantes autistas pós-pandemia	Oliveira, 2024	Diretrizes para atuação inclusiva; crítica ao capacitismo; suporte institucional.
A importância do papel do psicólogo na capacitação da equipe profissional para a inclusão do aluno	Ribas <i>et al.</i> , 2024	Capacitação docente e combate ao capacitismo são essenciais na atuação psicológica na escola.

TEA		
A exclusão dos docentes no processo de inclusão dos discentes com necessidades específicas.	Costa <i>et al.</i> , 2025	Aponta sofrimento docente, falta de apoio institucional e seus impactos na inclusão.
Fragmentos, rastros e movimentos: um estudo sobre o jogo de forças na regulamentação da Lei 13.935/2019.	Pasqualin, 2025	Propõe redes de cuidado e práticas de resistência como formas de promover inclusão escolar efetiva.

Fonte: elaborado pelos autores

Dessa forma, essa categorização revela que a literatura converge para a valorização da Psicologia Escolar como eixo estruturante da inclusão, ao passo que denuncia a insuficiência das políticas públicas e da formação docente. Os desafios estruturais e institucionais descritos nos artigos como escassez de recursos, resistência de professores e fragilidade na articulação entre setores são contrapostos à atuação do psicólogo como agente de transformação institucional, responsável por mobilizar reflexões, promover formação continuada e articular redes de apoio.

5. CONCLUSÃO

A partir do panorama apresentado, observa-se que a análise dos dez estudos selecionados ampliou a compreensão dos desafios e das intervenções do psicólogo escolar no contexto da inclusão de alunos com deficiência, evidenciando tendências, convergências e lacunas ainda existentes na produção científica recente. De modo geral, os artigos analisados apresentaram olhares complementares que se articularam em três grandes eixos: a formação docente e as barreiras institucionais, o papel do psicólogo escolar e suas intervenções no processo inclusivo, e as práticas e políticas voltadas à promoção de uma educação inclusiva sustentável.

Um dos desafios metodológicos desta revisão consistiu na escassez de pesquisas recentes que abordassem especificamente a atuação do psicólogo no ensino público fundamental. Embora existam contribuições relevantes nos artigos, ainda são insuficientes os estudos que sistematizam diretrizes práticas para a atuação psicológica no contexto escolar. Tal lacuna evidencia que o campo da Psicologia Escolar permanece em processo de consolidação, demandando investimentos em formação continuada, regulamentação profissional e políticas públicas específicas.

Dessa forma, este estudo confirma os objetivos propostos ao demonstrar que o psicólogo escolar é peça-chave para a efetivação da inclusão, atuando não apenas como

apoio técnico, mas como agente institucional de transformação. Fortalecer sua presença nas escolas e consolidar políticas públicas que assegurem esse direito são medidas indispensáveis para o avanço da educação inclusiva. Construir escolas verdadeiramente inclusivas exige compromisso político, ético e técnico, no qual o psicólogo desempenha papel essencial como articulador de escutas, vínculos e práticas transformadoras.

Reafirma-se, ainda, que a inclusão escolar vai além do acesso físico, demandando transformações estruturais, pedagógicas e subjetivas, sustentadas por um trabalho interprofissional contínuo. O psicólogo, em parceria com os demais profissionais da educação, contribui para a promoção do bem-estar, da aprendizagem e da convivência saudável entre todos os estudantes. A inclusão deve ser reconhecida como um direito humano fundamental e, portanto, orientadora de todas as ações educacionais.

Em síntese, os estudos analisados demonstram que a inclusão escolar depende da articulação de múltiplos fatores: formação docente de qualidade, políticas públicas consistentes, práticas pedagógicas adaptadas e presença efetiva do psicólogo escolar. A Psicologia Escolar, segundo os autores revisados, assume papel essencial na mediação de conflitos, no acompanhamento emocional, na avaliação institucional e na promoção de uma cultura escolar inclusiva. Esses resultados reforçam que a inclusão não deve ser compreendida apenas como cumprimento legal, mas como um processo coletivo, dinâmico e humanizado, no qual o psicólogo atua como protagonista na construção de uma escola verdadeiramente acessível a todos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições, 1991.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 1 jun. 2025.

CAMPOS, Alessandra Freire Magalhães de; CAETANO, Luís Miguel Dias; GOMES, Victor Márcio Laus Reis. **Revisão sistemática de literatura em educação: Características, estrutura e possibilidades às pesquisas qualitativas.** Linguagens, Educação e Sociedade, v. 27, n. 54, p. 139-169, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/2702>. Acesso em: 27 out. 2025.

COSTA, Vera Lúcia da Conceição *et al.* **A exclusão dos docentes no processo de inclusão dos discentes com necessidades específicas.** Revista Contemporânea, v. 5, n. 1, p. e7314-e7314, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/7314> Acesso em: 12 mai. 2025.

KRANZ Cláudia Rosana; CAMPOS Herculano Ricardo. **Educação especial, psicologia e políticas públicas: o diagnóstico e as práticas pedagógicas.** Psicologia Escolar e Educacional, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392020218322> Acesso em: 16 mai. 2025.

LELLIS, Eliane Gonçalves de Lima *et al.* **Medicalização na infância: um carimbo que implica na subjetividade da criança.** DSpace/Manakin Repository, 2022. Disponível em: <http://65.108.49.104:80/xmlui/handle/123456789/524> Acesso em: 14 mai. 2025.

LÔBO, Ítalo Martins *et al.* **O papel do psicólogo na promoção da inclusão escolar.** RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber, v. 1, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51473/rcmos.v1i1.2024.487> Acesso em: 19 mai. 2025.

Mendes, Leticia Barbosa. **Crianças com TEA no Contexto Escolar: Desafios Atuais e Possibilidades de Transformação.** 2024. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/44453> Acesso em: 11 mai. 2025.

NETO, Glenda Silva *et al.* **O Papel do Psicólogo Escolar no Processo de Inclusão de Crianças com Transtorno do Espectro Autista: Uma Revisão Bibliográfica.** Revista Científica FESA, v. 3, n. 13, p. 26-42, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.56069/2676-0428.2024.362> Acesso em: 1 jun. 2025.

OLIVEIRA, Mônica dos Santos de. **Indicadores para atuação do psicólogo escolar no processo de inclusão de estudantes autistas durante e após a pandemia pela covid-19.** 2024. 233 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024. Disponível em: <https://tedeabc.ufma.br/jspui/handle/tede/5471>. Acesso em 11 mai. 2025.

PASQUALIN, Vinicius Cardoso. **Fragmentos, rastros e movimentos: um estudo sobre o jogo de forças no processo de regulamentação da Lei 13.935/2019.** 2025. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/289474>. Acesso em: 14 mai. 2025

RIBAS, Eduarda Schneider; PENTEADO, Milene Likes; RODRIGUES, Emanuelle Minella. **A importância do papel do psicólogo na capacitação da equipe profissional para a inclusão do aluno TEA na escola (Psicologia).** Repositório Institucional, v. 3, n. 1, 2024.

Disponível em: <https://revistas.icesp.br/index.php/Real/article/viewFile/5842/3526>. Acesso em: 19 mai. 2025.

ROCHA, Luciana Alves. **Inclusão de Estudantes Autistas em uma escola regular de ensino em Floriano/PI: Indicadores para intervenção institucional**. 2023. 159 f. Dissertação(Programa de Pós-graduação em Psicologia/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/5690>. Acesso em 14 mai. 2025.